

## MANEJO DE PRODUTOS FLORESTAIS NÃO-MADEIREIROS NO AMAPÁ: RELAÇÕES DO EXTRATIVISMO COM A AGROECOLOGIA AMAZÔNICA

**Marcelino Carneiro Guedes**

Embrapa Amapá, e-mail: mcguedes@cpafap.embrapa.br

Antes de falar sobre as relações entre as atividades extrativas na floresta Amazônica e os princípios da Agroecologia, vou me permitir contextualizar a problemática advinda da agricultura convencional e a motivação para se trabalhar orientado pelos princípios agroecológicos. Talvez isso fosse desnecessário, considerando os públicos presentes neste evento e vários outros textos que, imagino, também irão fazer essa abordagem. No entanto, o fio condutor que baliza o raciocínio que será desenvolvido recomenda que seja realizada essa contextualização.

Seguindo os preceitos da agricultura convencional ou moderna, a propriedade rural “evoluiu” para o tecnicismo e para a dependência de fontes externas. Na época da revolução industrial, em que se buscava criar modelos baseados na produção em série e sem diversificação, surgiram os adubos sintéticos e agrotóxicos, seguidos, posteriormente, das sementes geneticamente melhoradas. A partir daí, a presença das máquinas e dos insumos químicos vem substituindo a força do homem e da terra. Nesse contexto, a agricultura convencional pode trazer uma série de prejuízos ambientais e sociais. Suas monoculturas degradam a paisagem e reduzem a biodiversidade, os agroquímicos utilizados podem produzir altos índices de toxicidade, a intensa mecanização pode degradar o solo causando erosão, assoreamento e poluição dos recursos hídricos. Além dos prejuízos ambientais que o uso indevido das tecnologias convencionais podem causar, a concentração de renda em grandes oligarquias associada à necessidade de escala de produção, não permite que pequenos produtores possam se inserir nesse modelo de produção.

Em contra-ponto aos problemas da agricultura convencional, surgem as agriculturas alternativas, uma nova abordagem no trato com a questão agrícola. Os primeiros movimentos de agricultura alternativa surgiram respectivamente na Inglaterra (Agricultura Orgânica) e na Áustria (Agricultura Biodinâmica) durante a época da Revolução Industrial. Surgiram também em outras partes do mundo movimentos que visavam resgatar os princípios naturais, reduzir a dependência de energia externa e o impacto ambiental da atividade agrícola, valorizando o homem do campo, sua família, seu trabalho e sua cultura. Além das formas de produção alternativas já existentes, como a biodinâmica e a orgânica, surgem também a agricultura natural (Japão), a agricultura regenerativa (França) e a agricultura biológica (Estados Unidos). Todas essas formas de praticar agriculturas alternativas estão em consonância com os princípios básicos da agroecologia.

A Agroecologia, segundo sua definição clássica baseada principalmente nos escritos de Miguel Altieri, é uma abordagem teórica que, através de diversas disciplinas científicas, estuda a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica. Assim, a Agroecologia busca proporcionar as bases científicas para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas sustentáveis, a partir de um enfoque sistêmico que adota o agroecossistema como unidade de análise.

Os princípios agroecológicos nos mostram como o homem e o ambiente são aspectos integrados ao sistema. Eles fornecem também as bases científicas para integrar os diversos aspectos agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos para a produção de alimentos mais saudáveis e naturais. Um dos princípios fundamentais da agroecologia é a noção da propriedade como uma unidade de elementos interdependentes, maximizando a energia e os nutrientes do próprio ecossistema durante a utilização racional dos recursos naturais, para o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Nesses agroecossistemas se busca manter ou aumentar a biodiversidade, resgatando a idéia de propriedade equilibrada e diversificada, dentro da qual se gerava a sobrevivência da família. O conceito de agroecologia deve sistematizar todos os esforços em produzir um modelo tecnológico abrangente que seja respeitador da cultura local, socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente equilibrado; um modelo que seja o embrião de um novo jeito de relacionamento com a natureza durante a prática da agricultura, estabelecendo uma ética ecológica, a promoção da justiça e da solidariedade.

Como um referencial teórico, a agroecologia serve de orientação geral para as experiências de agricultura. Entretanto, o caráter local é que dará feição concreta aos princípios agroecológicos. Desse modo, é a realidade socioeconômica e ecológica local que define a melhor forma de aplicação da teoria. Apesar dos princípios agroecológicos e da definição clássica da Agroecologia ser voltada ao meio agrícola, eles são perfeitamente aplicáveis às atividades produtivas da Amazônia que buscam na floresta a fonte de renda para as populações tradicionais. Deve-se ressaltar que a Agroecologia atribui grande importância à agricultura familiar tradicional, indígena, quilombola ou camponesa, como espaço destacado para o desenvolvimento de uma racionalidade ecológica (Matos et al., 2006). A grande maioria das experiências extrativas na floresta Amazônica segue, naturalmente, os princípios agroecológicos, principalmente, quando se fala de produtos florestais não-madeireiros. Além da valorização do conhecimento endógeno dos ecossistemas, princípios como a preconização do uso de energia e materiais localmente disponíveis, minimização da "pegada ecológica", uso de metodologias participativas e a busca pela maximização das interações biológicas, manutenção dos processos e serviços ecológicos, são partes inerentes das atividades de manejo de produtos florestais não-madeireiros.

No Marco Referencial em Agroecologia da Embrapa pode-se observar que a transição agroecológica interna ao sistema produtivo vem sendo trabalhada através de três etapas ou passos: redução e racionalização de insumos químicos, substituição de insumos, manejo da biodiversidade e redesenho de agroecossistemas (Gliessman, 2000). Considerando a especificidade do caráter local Amazônico, torna-se necessário pontuar que os dois primeiros passos da transição não são uma necessidade para a maior parte da Amazônia, particularmente para o Estado do Amapá, assim como aspectos do terceiro passo voltados ao redesenho. A transição busca a reversão de um quadro onde já é possível visualizar e sentir os efeitos negativos da agricultura convencional. No Amapá, o agroextrativismo ainda não atingiu o patamar da agricultura convencional, e ainda é totalmente natural. Assim como o extrativismo, a própria agricultura que se pratica no Estado, ainda é dominada pela agricultura itinerante, cujo único insumo utilizado é a cinza oriunda das queimadas. Feito a ressalva quanto às queimadas e ao desmatamento, se conseguirmos desenvolver sistemas agrícolas produtivos sem o uso do fogo em áreas já alteradas, o sistema seria totalmente agroecológico.

Desta forma, torna-se necessário pensar a agroecologia amazônica com uma visão mais conservacionista do que de recuperação. A conservação da biodiversidade, do conhecimento tradicional e da cultura local, aliada à fragilidade dos ecossistemas da região, é o ponto chave dessa lógica. Os solos pouco férteis e muito intemperizados, a extensa rede de drenagem, as chuvas torrenciais, são alguns aspectos que representam a fragilidade dos sistemas naturais da região e que exigem cuidado e bom planejamento das atividades produtivas, além do que normalmente se tem em outras regiões. A Amazônia é um dos poucos lugares no Brasil onde ainda é possível encontrar conhecimento tradicional que não foi contaminado pela globalização das comunicações. As experiências locais ligadas ao agroextrativismo são naturalmente agroecológicas e nos remetem ao diálogo dos saberes. A articulação dos conhecimentos tradicionais e saberes cotidianos dos amazônidas com o conhecimento técnico-científico é que permitirá a sistematização de uma agroecologia amazônica e a construção coletiva de sistemas produtivos em harmonia com o ambiente.

A construção de sistemas produtivos utilizando o manejo da biodiversidade da Amazônia passa pela questão da valorização da floresta em pé e do combate ao desmatamento e às queimadas, buscando melhorar a qualidade de vida das pessoas que convivem com a floresta através da utilização racional de seus recursos naturais. Para que ocorra o desenvolvimento, via geração de renda para a população local a partir do uso sustentável dos produtos da floresta e, ao mesmo tempo, a conservação da mesma, é imprescindível a adoção de práticas de manejo, melhorando a capacidade produtiva dos ecossistemas sem comprometer suas condições de regeneração e sua estabilidade ecológica. Dentre esses recursos naturais, produtos florestais não-madeireiros como os óleos de andiroba e copaíba, a castanha-do-brasil e as fibras do cipó-títica, para diferentes usos como cosméticos, fitoterápicos, alimentos, produtos de movelaria e artesanato, têm se mostrado promissores para geração e distribuição de renda nas comunidades tradicionais.

O Estado do Amapá está vivendo um dilema e sofrendo forte pressão para facilitar a entrada do agronegócio e de fazendeiros vindos do centro-sul, seguindo o eixo migratório gerado pela busca de terras baratas. Acredito que haja espaço para alguns empreendimentos, muito bem localizados, e que se encaixem nas particularidades do Estado. No entanto, cabe aqui ressaltar que a maior parte da área sob vegetação de cerrado, vista como fronteira agrícola do Estado e apta ao agronegócio, não possui aptidão para agricultura com elevada mecanização. Existe uma grande extensão dessa área coberta por afloramentos lateríticos ou linhas de pedra, que dificultam a mecanização e podem causar sérios problemas de drenagem quando sofrem a ação dos implementos agrícolas. Não se questiona a necessidade de produção de alimentos no Amapá. O Estado sofre forte evasão de divisas com a aquisição de grande parte dos gêneros alimentícios consumidos em seu território de outros estados da Federação. Além disso, a própria qualidade dos produtos, muitas vezes transportados durante milhares de quilômetros, fica comprometida. O modelo de produção agrícola é que precisa ser discutido. O Estado tem tudo para valorizar e agregar valor a sistemas de produção que sigam os princípios agroecológicos, aproveitando o status de Estado mais preservado do Brasil e sua natural vocação ambiental. Os princípios da agroecologia se contrapõe às práticas danosas à flora, à fauna, às águas e ao ser humano, se

apresentando apropriados para uso nos agroecossistemas amazônicos e para a conservação da biodiversidade.

No passado, a possibilidade de escassez dos recursos naturais da Amazônia não era considerada. A imensidão da diversidade biológica contida em suas florestas, rios e solos, parecia fonte inesgotável. Atualmente, entretanto, existe uma preocupação real com a sua conservação, pois apesar da sua exuberância e da rica biodiversidade se trata de um bioma frágil quando impactado pela ação antrópica. A agricultura convencional, por suas formas de manejo agressivas ao ambiente, certamente, não é o modelo mais apropriado para o desenvolvimento regional. Para essa região, são demandadas estratégias de desenvolvimento ambientalmente compatíveis com a sua realidade aliadas aos valores culturais do seu povo.

Nesse contexto, não se deve prescindir do conhecimento desenvolvido pelas comunidades tradicionais da Amazônia ao longo de várias gerações, no que se refere ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais, a exemplo do agroextrativismo. Os povos da floresta (ribeirinhos, castanheiros, extrativistas...) convivem há séculos com a mata e tiveram importante papel em sua conservação. Muitas dessas comunidades, ainda hoje, mantêm uma relação com a floresta e com os rios como há séculos atrás. Durante todo esse tempo muito conhecimento empírico dos sistemas naturais foi gerado para permitir a sobrevivência dessas pessoas. Segundo Costabeber et al. (2006), no enfoque agroecológico o potencial endógeno constitui um elemento fundamental e ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica. O potencial endógeno dos povos da floresta em trabalhar sistemas ecologicamente equilibrados é imenso. O povo da floresta conhece como ninguém os sinais da natureza. Até porquê eles necessitam que a floresta continue capaz de manter os serviços ambientais e ofertar os produtos de que eles dependem para sua própria sobrevivência.

Ainda cabe ressaltar que o solo sob uma formação florestal é o exemplo do que se busca com a transição agroecológica. É solo vivo, com muita matéria orgânica, com raízes de diversas espécies vegetais, onde residem milhões de organismos. Quanto mais matéria orgânica, mais vida tem o solo, melhor nutrida e equilibrada é a planta que nele se desenvolve. Como essa terra de mato sustenta árvores gigantescas sem nunca ter sido adubada? A resposta está no equilíbrio dinâmico dos processos ecológicos que essa floresta mantém, como a reciclagem de nutrientes do próprio material orgânico da biomassa vegetal através da intensa atividade biótica e de um microclima adequado presentes nesse ecossistema.

Apesar do ceticismo com o futuro ainda ser grande, pois o mundo está cada vez mais dependente de um pólo econômico egocêntrico, que traz sombras às perspectivas de construção de novos saberes e práticas mais sustentáveis, de um sistema político ineficiente em promover a igualdade social; a crescente responsabilidade social e com o ambiente por parte das instituições e pessoas, a criação de uma legislação cada vez mais rigorosa e a existência de consumidores finais cada vez mais exigentes, traz ânimo e impulsiona o crescimento das agriculturas alternativas e do manejo sustentável dos produtos naturais.

## REFERÊNCIAS

CAPORAL, F.P.; COSTABEBER, J.A. e PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília (DF), 2006. 25p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 654 p.

MATTOS, L. et al. **Marco referencial em agroecologia** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.